

PT E PFL NA ELEIÇÃO PARA A PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE NO ANO 2000



PT AND PFL IN THE 2000 MAYORAL ELECTIONS IN RECIFE

JOÃO PAULO ALVES DA SILVA¹⁵⁷

Resumo

O artigo a seguir objetiva desenvolver uma análise da eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000 e de seus resultados a partir da inserção do pleito num cenário político maior. O prefeito Roberto Magalhães (PFL) concorria à reeleição com amplo favoritismo. Contudo, ele vem a vivenciar uma derrota no segundo turno para o candidato João Paulo (PT). Interpretações tradicionais impulsionadas pela mídia tendem a atribuir essa derrota a um gesto obsceno feito pelo então prefeito durante a campanha, a partir de onde a emoção teria tomado conta da eleição, atrapalhando os planos de recondução de Magalhães. Aqui, contudo, através de autores como Jairo Nicolau, Marcio Nuno Rabat e Roberto Ramos, buscaremos inserir o pleito num cenário maior de ascensão petista e descenso pefelista. Para isso, nos utilizaremos de periódicos, dados eleitorais e entrevistas para propor, sem negar eventuais efeitos da emoção, que um cenário político maior influenciou na eleição.

Palavras-chave: eleições municipais; partidos políticos; pesquisas eleitorais.

Abstract

The following article aims to analyze Recife's mayoral election in 2000 and its results from the point of view of placing the election in a larger political scenario. Mayor Roberto Magalhães (PFL) was running for re-election with broad favoritism. However, he suffered a defeat in the second round to candidate João Paulo (PT). Traditional media-driven interpretations tend to attribute this defeat to an obscene gesture made by the then mayor during the campaign, from which emotion would have taken over the election, hindering Magalhães' re-election plans. Here, however, through authors such as Jairo Nicolau, Marcio Nuno Rabat and Roberto Ramos, we will try to place the election in a larger scenario of the rise of the PT and the decline of the PFL in the state. To do this, we will use periodicals, electoral data and interviews to propose, without denying the possible effects of emotion, that a larger political scenario influenced the election.

Keywords: Municipal elections; political parties; electoral polls.

¹⁵⁷ Bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: jpaulos10@gmail.com.



Introdução

O presente artigo objetiva analisar a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000 a partir da inserção do pleito num cenário político maior de ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e descenso estadual do Partido da Frente Liberal (PFL). Tradicionalmente, a imprensa tem tratado este pleito através da memória de um gesto obscuro feito pelo então candidato à reeleição Roberto Magalhães (PFL), na qual, tal gesto teria ocasionado numa onda emocional de rejeição entre o eleitorado que favoreceu seu opositor no segundo turno, João Paulo (PT). Não buscamos aqui negar eventuais efeitos que o dito gesto possa ter criado em segmentos específicos da sociedade, porém entendemos que o pleito aqui trabalhado pode ser inserido num cenário maior de ascensão do PT e descenso estadual do PFL. Para isso, utilizarmos-nos de autores como Jairo Nicolau (2017), Marcio Nuno Rabat (1999) e Roberto Ramos (2002) para defender os ditos pontos.

Metodologicamente, este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa em periódicos da época, da análise de dados eleitorais e de entrevistas com candidatos do pleito. O artigo realizará uma exploração dos dois turnos da eleição e, posteriormente, para uma análise de seus resultados. Dividiremos, portanto, este segmento do trabalho em mais cinco partes, seguindo a ordem contexto eleitoral, primeiro turno, segundo turno, resultados e considerações finais.

Contexto eleitoral

Em 2000, o então prefeito do Recife, Roberto Magalhães (PFL), buscava uma inédita reeleição. Apoiado por uma união maior envolvendo seu partido, o Partido da Frente Liberal, e o partido do governador do estado de Pernambuco Jarbas Vasconcelos, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), havia-se criado oficialmente a chamada União pelo Recife enquanto coligação municipal, e a União por Pernambuco enquanto coligação estadual. Ambos os partidos advinham de uma longa história envolvendo a redemocratização do país e, apesar de historicamente ocuparem lados opostos do debate público, passaram então a se unir numa estratégia que elegeu Vasconcelos como Governador do Estado e Magalhães como Prefeito da Cidade do Recife.

Além da União Pelo Recife, concorriam ainda no pleito de 2000, no Recife, a Frente de Esquerda do Recife, que havia lançado o candidato João Paulo (Partido dos



Trabalhadores), a Frente de Oposição Recife Melhor, do candidato Carlos Wilson (Partido Popular Socialista), a Força Popular pelo Recife, de Vicente André Gomes (Partido Democrático Trabalhista), e as candidaturas avulsas de Fred Brandt (Partido da Solidariedade Nacional) e de Carlos Pantaleão (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados).

Nesse contexto, desde o começo do ano o calendário eleitoral já estabelecia as datas limites que norteariam o pleito municipal de 2000. O Tribunal Superior Eleitoral estabelecia que, passado o período de convenções eleitorais a serem realizadas entre 10 e 30 de junho, já no dia primeiro de julho ficaria proibida a veiculação de propaganda paga dos candidatos. *A posteriori*, o dia 05 demarcaria a data limite para o registro de candidatos perante o cartório eleitoral, enquanto a partir do dia 06 de julho ficariam os candidatos autorizados a fazer campanha eleitoral com “panfletagem, comícios, carros de som e etc” (Jornal do Commercio, 02 abr. 2000).

Passado o início da campanha, o calendário eleitoral seria continuado com o começo da propaganda institucional gratuita da Justiça Eleitoral no dia 31 de julho. A partir do dia seguinte, 1º de agosto, emissoras de rádio e TV ficaram impedidas de transmitir programas apresentados ou comentados por candidatos, candidatos esses que teriam sua propaganda eleitoral veiculada a partir do dia 15 de agosto até o dia 28 de setembro, quando também ocorreriam os últimos comícios e as últimas reuniões públicas. Com isso, o primeiro turno viria a ocorrer em 1º de outubro. Como o pleito no Recife transcorreu para o segundo turno, a propaganda de televisão ressurgiria entre os dias 16 e 27 de outubro, sendo as eleições finalmente decididas no dia 29 de outubro.

A campanha eleitoral: o primeiro turno

Apesar do clima de otimismo de muitos dos candidatos, a campanha começou, de acordo com a imprensa, de forma morna (Diário de Pernambuco, 07 jul. 2000). No primeiro dia, Magalhães (PFL) pediu votos para um candidato a vereador; João Paulo (PT) foi para uma porta de fábrica; Vicente André Gomes (PDT) fez uma caminhada e Carlos Wilson (PPS) reuniu num encontro um pequeno grupo de sua militância jovem. De memorável mesmo, deste começo de campanha, talvez só a tentativa dos candidatos de conquistar votos na passeata “*Basta, Quero paz!*”, no Recife Antigo, que contaria com a ausência do prefeito Roberto Magalhães (PFL), criticada pelos adversários (Diário de Pernambuco, 08 jul. 2000). Essas críticas ao prefeito, não por acaso realizadas pelos adversários postulantes ao cargo, voltariam a se repetir no primeiro debate realizado no



Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, onde, mais uma vez, Magalhães (PFL) se ausentou. Não é de se espantar o fato de o ponto comum das críticas ter sido a ausência do prefeito, o que representou, para a imprensa, uma possibilidade de união das oposições num segundo turno, questão debatida desde a formação das chapas (Diário de Pernambuco, 11 jul. 2000).

Enquanto seus adversários debatiam, o candidato à reeleição se despedia momentaneamente da prefeitura para se dedicar com exclusividade à campanha. O prefeito prometia se desligar até dia 31 de julho, dizendo recusar-se a tratar da campanha e a pedir votos enquanto ainda ocupasse o cargo, ainda que o tenha feito de forma indireta ao propagandar um candidato a vereador, tal como já relatado. Mais notável que isso, entretanto, foram as críticas proferidas ao governo federal¹⁵⁸, o que vai de encontro à rejeição encontrada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB)¹⁵⁹, mesmo numa candidatura dita “aliada”¹⁶⁰. Em sentido contrário, o apoio do governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) era muito valorizado na União pelo Recife puxada pela popularidade crescente do político pemedebista. Pesquisa da JC/Arconsult detalhou que 49% dos recifenses consideravam a administração de Jarbas Vasconcelos como ótima ou boa. Em comparação, 60% dos mesmos entrevistados avaliavam o governo de Fernando Henrique Cardoso como ruim ou péssimo (Jornal do Commercio, 20 fev. 2000).

Em boa medida, era Jarbas o catalisador da União nesse momento e era a partir dele que se desenvolveria o projeto de reeleição do então prefeito do Recife. Prova disso foi o empenho pessoal do governador na formação das alianças municipais que constituiriam o tecido da União por Pernambuco ao longo de todo o estado, de tal forma que se faz justo destacar o entrecruzar entre a União de Pernambuco e uma série de alianças locais neste momento (cujo exemplo máximo era a própria chapa municipal União pelo Recife). Nesse ano, a coalizão formada por PMDB/PFL/PSDB chegou a ter

¹⁵⁸ O então prefeito criticava o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que destinava 15% da receita municipal à saúde. De acordo com Magalhães, o Governo Federal queria “abandonar os municípios em quatro anos. Acabar com o SUS e jogar a responsabilidade nas nossas costas”, de tal forma que, se essa proposta tivesse sido lançada antes de sua candidatura, ele não seria candidato. Cf. Diário de Pernambuco, 11 de Julho de 2000.

¹⁵⁹ Os altos índices de impopularidade do presidente afastavam de aliados de todo o Brasil o desejo de tê-lo em seus palanques. Cf. Diário de Pernambuco, 10 de Julho de 2000. A pesquisa CNT/Vox Populi divulgada no dia 04 de julho de 2000 colocava o Fernando Henrique com 73% de reprovação. Cf. Jornal do Commercio, 04 de Julho de 2000.

¹⁶⁰ Não bastasse o apoio do partido do presidente, o PSDB, a candidatura de Roberto Magalhães era tutelada pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel (PFL).



59% do total de candidatos a prefeito registrados em todo o estado (Jornal do Commercio, 07 jul. 2000).

Retornando ao nome do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sua má avaliação serviu inclusive de estímulo à polarização por parte da esquerda¹⁶¹, motivado pelo plano de nacionalização do pleito e, por consequência, pela exploração do desgaste do Presidente da República. Em passagem pelo Recife para o lançamento do programa de governo do candidato petista, João Paulo, a então senadora petista Heloisa Helena defendeu que os candidatos esquerdistas deveriam ter um discurso contra o então presidente (Diário de Pernambuco, 14 jul. 2000). Nesse sentido, não teria sido por acaso as várias tentativas de polarizar o pleito municipal por parte do candidato petista. Era parte da estratégia de campanha apregoar o presidente ao prefeito e tentar nacionalizar a eleição. Para a campanha petista, era preciso não só fazer isso como forma de poder lidar com a aprovação do então prefeito, como também explorar uma imagem de aprovação artificial criada por uma cidade “maquiada” e que não alcançava as periferias da cidade. Em entrevista a nós concedida, João Paulo comenta que:

Ele [Roberto Magalhães] tinha 72% de aprovação, mas era assim, muito maquiado. Era uma prefeitura que não estava dentro da periferia, até se dizia que ele pegou o governo muito quebrado por Jarbas Vasconcelos, era o que se comentava, que ele havia passado esses quatro anos tentando ajeitar as finanças da prefeitura. Então, tinha muita maquiagem e, assim, para o povo mesmo, na área de periferia não tinha. E acho que foi uma grande sacada nossa mostrar que a área de periferia, os pobres, estavam abandonados na cidade (Informação verbal).

A passagem da senadora Heloisa Helena (PT) em encontro não só com João Paulo (PT), mas também com a deputada estadual Luciana Santos (PCdoB), candidata à prefeitura de Olinda, representou também uma convergência das oposições à esquerda em níveis intermunicipais. Organizava-se uma oposição à União por Pernambuco como um todo, sendo a eleição para a prefeitura de Olinda no ano 2000 também espaço fértil para estudos desse tema.

Em finais de julho, os candidatos viriam a se reencontrar no debate sobre transporte realizado pela Associação dos Servidores da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) e Sindicato dos Servidores do Estado de Pernambuco. Mais uma vez, o então prefeito não compareceu e foi criticado. Numa entrevista ao Diário de Pernambuco, pouco tempo depois, Roberto Magalhães (PFL) minimizou seus

¹⁶¹ Luiz Inácio Lula da Silva, em passagem por Pernambuco, chegou a defender que uma campanha conjunta das esquerdas pensando em 2002. Cf. Jornal do Commercio, 20 de Julho de 2000.



concorrentes ao declarar que seu adversário é o inverno (Diário de Pernambuco, 24 jul. 2000). De fato, em fins de julho, quando o prefeito disse isso, o Recife vivia um ciclo de chuvas que ocasionou uma série de mortes. No momento da solenidade em que passava o comendo da PCR ao vice-prefeito¹⁶², Raul Henry (PMDB), 12 corpos já se acumulavam em escombros pela cidade (Diário de Pernambuco, 01 ago. 2000).

Nesse período, falava-se de a oposição explorar a situação para culpar o prefeito por negligências na prevenção, enquanto o prefeito se defendia os acusando de fazer uso político das mortes. De fato, as oposições colocaram suas equipes de televisão na rua com o intuito de registrar os desastres causados, principalmente nos morros, com o objetivo de gerar conteúdo para os guias eleitorais que começariam no dia 15 de agosto. Exemplo principal disso colocado pela imprensa foi Vicente André Gomes (PDT), que percorreu pessoalmente os locais mais críticos da cidade (Jornal do Commercio, 01 ago. 2000). Em resposta, o próprio Roberto Magalhães (PFL) se colocou a andar pelos morros e a lamentar as cinco mortes que até então tinham ocorrido (Jornal do Commercio, 02 ago. 2000).

Do outro lado, a oposição falava, principalmente a partir de André Gomes (PDT) e Fred Brandt (PSN), em processar o prefeito pelos estragos ocorridos. Também ela, agora por meio de João Paulo (PT), Fred Brandt (PSN), Carlos Wilson (PPS) e Carlos Pantaleão (PSTU), argumentou que as mortes poderiam ter sido evitadas se o prefeito tivesse se comprometido com a remoção de todas as cinco mil famílias que moravam em áreas de risco (Diário de Pernambuco, 01 ago. 2000). Foi bem nítida a tentativa dos candidatos de oposição de explorar a situação das chuvas contra o então prefeito. Dessa forma, a questão das chuvas escalonou de tal maneira que o Diário de Pernambuco chegou a estampar a manchete de seu caderno eleitoral com o título “Chuvas viram principal mote da campanha”, com uma charge ao lado simulando uma cena do filme Titanic, em que Roberto Magalhães (PFL) aparece navegando em um navio chamado “Reeleição”, dentre casas totalmente submersas que poderiam afundar o navio, tal como o iceberg que afundou o Titanic (Jornal do Commercio, 06 ago. 2000).

Com a aproximação do dia 15, os candidatos já começavam a planejar seus guias eleitorais. A União pelo Recife abocanharia mais tempo do que toda a oposição somada,

¹⁶² Roberto Magalhães optou por se afastar da Prefeitura da Cidade do Recife durante o período eleitoral, deixando o comando nas mãos do vice prefeito Raul Henry. Para tanto, Magalhães argumentou “por uma questão de tempo e ética” sua ausência PCR e foco na campanha. Cf. Diário de Pernambuco, 01 de Agosto de 2000.



pouco mais de 15min do guia, seguida da Frente de Esquerda do Recife com 4min19s, da Frente de Oposição Recife Melhor com 3min42s, da Frente Popular pelo Recife com 2min45s e dos candidatos Carlos Pantaleão (PSTU) e Fred Brandt (PSN), cada um com 1min40s. Não tendo o mesmo tempo e recursos da situação, a equipe dos candidatos precisava improvisar. João Paulo (PT), por exemplo, apostava num programa “extremamente popular”, que não exploraria nenhum recurso especial e apenas mostraria os problemas da cidade (Jornal do Commercio, 12 ago. 2000). Além disso, o candidato do PT esperava compensar as deficiências da campanha com uma militância engajada, onde dizia até saber da dependência dela (Jornal do Commercio, 08 ago. 2000). Ao tratar sobre isso em entrevista a nós concedida, João Paulo (PT) tratou a militância como “a grande diferença na campanha”, que “entrou de cheio na eleição de 2000”. De fato, o engajamento da militância realmente ocorreu de tal forma a gerar algumas situações futuras ao longo do pleito.

Se João Paulo (PT) iria para um caminho popular, os produtores do guia de Roberto Magalhães (PFL) apostavam num formato “leve e dinâmico”, que explorasse depoimentos de líderes políticos e comunitários e, inclusive, pudesse responder ataques relacionados à questão das chuvas. Nesse campo da defesa, o próprio Magalhães já montava uma “tropa de choque” que responderia aos ataques, sendo formada não apenas pelo governador do Estado, Jarbas Vasconcelos (PMDB), mas como também pelos ex-prefeitos Gustavo Krause (PFL), Joaquim Francisco (PFL) e Gilberto Marques Paulo (PFL) (Jornal do Commercio, 12 ago. 2000).

Com o avançar do mês de setembro, mais uma vez o pacto de não agressão, já citado anteriormente, acabou sendo reafirmado, dessa vez entre o candidato do PT, João Paulo, e o do PPS, Carlos Wilson (Jornal do Commercio, 08 set. 2000). Definiu-se que o foco não era a disputa pelo eventual segundo lugar que levaria ao segundo turno, mas sim atacar Roberto Magalhães (PFL) pouco tempo após a divulgação de uma pesquisa da Datafolha em que ele aparecia com 50% dos votos (Jornal do Commercio, 07 set. 2000). Isso, é claro, já vinha ocorrendo tendo, contudo, suas variações a depender da candidatura. João Paulo (PT) partia para uma tentativa de polarizar com o então prefeito, principalmente a partir de uma nacionalização do pleito, trazendo, inclusive, o nome do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para o debate.

Nesse contexto, o reforço ao pacto de não agressão (ou de agressão conjunta ao prefeito), mais do que estratégia que beneficiasse especificamente alguma das campanhas, era uma forma de tentar levar o pleito para um segundo turno a partir do qual estaria,



como já alardeada, a oposição unida. Nesse cenário, Magalhães (PFL) já se colocava “pronto para a guerra” contra a oposição (Jornal do Commercio, 13 set. 2000). João Paulo (PT) falava em manter a linha “apimentada, mas sem partir para a baixaria” (Jornal do Commercio, 13 set. 2000), onde apimentar significaria “insistir na crítica política e na identificação dos representantes da política neoliberal no país e no Recife”. Como estratégia de campanha, João Paulo (PT) e aliados chegaram a receber por mais de uma vez Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ex-presidenciável e principal liderança política do Partido dos Trabalhadores. Na última, a ideia era animar a tão comentada militância petista como forma de levar a candidatura do partido ao segundo turno (Jornal do Commercio, 14 set. 2000), e assim foi feito com Lula pedindo “voto contra FHC [Fernando Henrique Cardoso]” e falando em “federalizar” a disputa, de olho na sucessão de 2002 (Jornal do Commercio, 15 set. 2000).

Em meados de setembro, os esforços oposicionistas aparentavam estar surtindo algum efeito. Pesquisa Datafolha publicada no Jornal do Commercio, em 17 de setembro de 2000, demonstrou que caiu de 14 para 6 pontos a diferença entre o primeiro colocado (Roberto Magalhães com 48% dos votos totais) e a soma dos demais candidatos (que trás João Paulo ocupando a segunda posição com 22%). Pouco tempo após a divulgação da pesquisa, contudo, um elemento voltou a se somar nesses cálculos eleitorais a partir do retorno das chuvas. Levando em conta não apenas o histórico da cidade, mas também as próprias lembranças do que havia ocorrido naquele ano, não é de se surpreender que o retorno delas preocupasse principalmente ao prefeito licenciado. Há pouco menos de duas semanas do pleito, o retorno das chuvas assustou a ponto de fazer Magalhães (PFL) reforçar de que seu adversário era a chuva, principalmente após os alagamentos e o deslizamento de morros por elas causadas (Jornal do Commercio, 18 set. 2000).

Contudo, o grande fator que sempre tem sido lembrado ao se tratar desse pleito só viria a ser inserido no dia 24 de setembro, em plena Avenida Boa Viagem. Durante uma carreata, Roberto Magalhães (PFL) teria perdido o controle ante as provocações de militantes opositores¹⁶³, o que ocasionaria a agressão de um senhor de aproximadamente 55 anos (Jornal do Commercio, 25 set. 2000) e no prefeito dando “bananas” com os braços a petistas, realizando um gesto impróprio. Esses casos teriam desencadeado em

¹⁶³ A própria imprensa da época não sabia ao certo o que ocasionou tudo isso, com alguns chegando a dizer que o homem teria xingado e empurrado o prefeito. Sergio Guerra disse que Magalhães chegou a ser ofendido com palavrões até reagir e ser contido por Jarbas e assessores. Diz-se também que a raiva do prefeito licenciado só aumentou após petistas que faziam panfletagem na orla o vaiarem e provocá-lo dizendo que iria para o segundo turno e o chamarem de violento. Cf. Diário de Pernambuco, 25 set. 2000.



confronto entre militantes da União pelo Recife e do PT, “com troca de insultos, empurra-empurra, tapas, chutes e correria no calçadão”, que só foi cessado quando seguranças de Magalhães (PFL) partiram para cima da militância opositora até dispersá-los (Jornal do Commercio, 25 set. 2000).

Em entrevista a nós concedida, João Paulo (PT) chega a confirmar alguns pontos ao dizer que “[...] eles passaram e a turma do PT lá embaixo esculhambando Roberto Magalhães, foi quando ele deu a banana”. Houve, portanto, uma tensão entre a militância petista, a comitiva do candidato do PFL e ainda o aditivo de um movimento de campanha de Carlos Wilson (PPS) que também ocorria no mesmo local¹⁶⁴ (e que foi acusado de ter impedido a passagem), no mesmo momento. Dessa maneira, o evento relatado assumiu contornos incontroláveis por parte, principalmente, da exploração que a própria oposição fez do caso, inclusive nos guias eleitorais¹⁶⁵. No segundo turno, isso pesaria e não por acaso é até hoje um momento chave ao se falar sobre a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000¹⁶⁶.

Ao fim, milhares de militantes e candidatos nas proporcionais (Diário de Pernambuco, 24 set. 2000) eram mobilizados para a boca de urna¹⁶⁷ ainda permitida, servindo a várias candidaturas. Enquanto o PT contava com sua militância planejando avermelhar a cidade (Diário de Pernambuco, 30 set. 2000), Carlos Wilson (PPS), por exemplo, preparou milhares de “Mané Chinês”¹⁶⁸ para trabalharem e ocuparem espaço

¹⁶⁴ O Diário de Pernambuco chegou a noticiar que teria sido esse o grande motivo da agressividade de Roberto Magalhães. Realizando caminhada a poucos metros da carreta robertista, Carlos Wilson teria subido num trio elétrico para discursar contra os adversários. Insatisfeito com o atraso, o prefeito teria descido do trio exigindo a saída da militância do PPS alegando que “quem está aqui é um ex-governador, prefeito licenciado e Jarbas Vasconcelos. Carlos Wilson não tem o direito de impedir a nossa passagem”. Cf. Diário de Pernambuco, 25 set. 2000.

¹⁶⁵ Antes mesmo deste fato, o guia já vinha apresentando uma série de ataques a Magalhães e à sua gestão vindos dos mais diversos candidatos (Cf. Diário de Pernambuco, 05 set. 2000). Nesse contexto, o caso em particular fez gerar, contudo, uma especialização e um agravamento das críticas.

¹⁶⁶Cf. <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/20/onda-vermelha-conquistou-o-recife-com-a-eleicao-de-joao-paulo-em-2000-249414.php>. Acesso em: 20 set. 2023.

¹⁶⁷ “A propaganda de boca de urna consiste na atuação de cabos eleitorais e demais ativistas junto aos eleitores que se dirigem à seção eleitoral, no dia da votação, visando a promover e pedir votos para seu candidato ou partido”. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Abril/voce-sabe-o-que-e-boca-de-urna-o-glossario-eleitoral-brasileiro-explica>. Acesso em: 13 out. 2022.

¹⁶⁸ Personagem criado pela campanha de Carlos Wilson (PPS) interpretado originalmente pelo ator Walmir Chagas. Junto do também ator Aramis Trindade, cabia a eles realizar críticas bem humoradas à gestão de Roberto Magalhães (PFL), tendo sido marcos na campanha de Wilson. O Jornal do Commercio detalhou que: “O programa conta a história de Mané, personagem interpretado por Chagas, que saiu do Recife para morar durante três anos na China e volta de lá para ver “as maravilhas do Recife 2000”. Deslumbrado com o que poderia encontrar na cidade, ele pede a ajuda de um desiludido amigo que ficou por aqui, interpretado por Trindade, para visitar vários pontos da Capital. Cada um deles, um ‘Calcanhar de Aquiles’ do prefeito. Por onde passa, Mané vai ficando cada vez mais decepcionado” (Jornal do Commercio, 09 jul. 2000).



no dia da eleição (Jornal do Commercio, 30 set. 2000). Essa era a aposta de Wilson que, contudo, não se cumpriu. Roberto Magalhães (PFL), com 49,42% dos votos válidos, e João Paulo (PT), com 35,62% dos votos válidos, acabaram sendo os escolhidos pelo povo para avançar para o segundo turno (Jornal do Commercio, 02 out. 2000).

A campanha eleitoral: o segundo turno

Os resultados do primeiro turno soaram como surpresa principalmente por causa do desempenho do candidato do PT, João Paulo, e seus 35% dos votos, o que contrariou muito o que era apontado pelas pesquisas que retratavam um cenário de vitória em primeiro turno para Roberto Magalhães (PFL). A surpresa foi tamanha que não só atrapalhou os planos de retorno de Magalhães para a prefeitura, já agendados para o dia 02 de Outubro, como também animou muito a militância do PT nas suas celebrações (Diário de Pernambuco, 02 out. 2000).

Em entrevista ao Diário de Pernambuco logo após o resultado, João Paulo disse não rejeitar o apoio de nomes como Miguel Arraes (PSB), Ciro Gomes (PPS) e Carlos Wilson (PPS), desde que eles estivessem dispostos a fazer oposição tanto ao governo estadual quanto ao federal, demonstrando que a tônica do discurso petista continuaria sendo a da nacionalização do pleito (Diário de Pernambuco, 02 out. 2000). Do outro lado, a imprensa narrou um clima de derrota após a divulgação do resultado diante da expectativa de liquidar o pleito já no primeiro turno (Diário de Pernambuco, 02 out. 2000). Magalhães ainda tentou controlar a situação ao dizer que o Recife escolheu “os melhores candidatos. Os únicos que tem condições de governar a cidade” (Jornal do Commercio, 02 out. 2000). O candidato a vice prefeito na coligação do PFL, Sérgio Guerra (PSDB), chegou a aventar a hipótese do segundo turno ter ocorrido em decorrência das taxas de abstenção em áreas onde sua chapa eram mais fortes. Já o então governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) minimizou o resultado ao dizer que “eleição é assim mesmo” e que se considerava um vencedor pelo desempenho no resto do estado (Diário de Pernambuco, 02 out. 2000). Contudo, apesar da aparente despreocupação com o pleito, a realidade era outra, com o governador entrando em campo na campanha e falando “Se Roberto vencer, é vitória dele. Se perder, é derrota minha” (Jornal do Commercio, 03 out. 2000).

Passadas as emoções iniciais, ambas as campanhas começavam a reestabelecer seus passos. Roberto Magalhães (PFL) planejava aparecer mais no guia, onde acreditava ter ficado escondido no primeiro turno (Diário de Pernambuco, 03 out. 2000), enquanto



João Paulo (PT) já voltava para a campanha de rua e tinha agora o vereador eleito Humberto Costa (PT) como coordenador de campanha (Diário de Pernambuco, 03 out. 2000). O candidato petista continuaria apostando na emoção da militância e numa “onda vermelha” que, segundo ele, “é crescente em todo país em função do sentimento de revolta contra o governo de Fernando Henrique Cardoso, que o prefeito-candidato Roberto Magalhães representa e reproduz no Recife” (Diário de Pernambuco, 03 out. 2000).

Enquanto isso, o candidato do PFL apostava numa “ideologização” de seus apoiadores a partir da associação do PT às invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao regime cubano de Fidel Castro, ao “arraesismo” e enquanto risco aos empresários (Diário de Pernambuco, 05 out. 2000). Da mesma forma tentou o candidato amenizar sua imagem a partir de um pedido de desculpas “pelos possíveis excessos com que reagi às provocações dos meus adversários”, enquanto seu aliado, o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) mergulhava de vez na campanha, inclusive como mobilizador da militância¹⁶⁹ (Diário de Pernambuco, 10 de out. 2000).

Como esperado, outras candidaturas opositoras começaram a tomar posição no segundo turno. Fred Brandt (PSN) e Carlos Pantaleão (PSTU) declararam apoio a João Paulo logo após a divulgação dos resultados. No dia 10 foi a vez do senador Carlos Wilson (PPS) em ato de adesão à campanha (Diário de Pernambuco, 11 out. 2000). Por fim, três dias depois, Vicente André Gomes (PDT) garantiu seu apoio ao candidato petista em um ato rápido, formalizando o sexto apoio à candidatura de esquerda que, além dos já citados, contou também com o apoio dos deputados João de Deus (PL) e Salatiel Carvalho (PMDB)¹⁷⁰ (Diário de Pernambuco, 14 out. 2000).

Enquanto os apoios vinham para João Paulo (PT), o guia recomeçava e esquentava na televisão, onde petistas acusavam Magalhães (PFL) de autoritário enquanto pefelistas tentavam vincular o PT à baderna (Diário de Pernambuco, 13 out. 2000). Como coloca o Diário de Pernambuco da época, “interessa ao PT polarizar a disputa entre a emoção, que seria a sua marca, e a insensibilidade, o estigma que escolheram para os pefelistas” (Diário de Pernambuco, 13 out. 2000). Nesse contexto, os 10 minutos de cada candidato

¹⁶⁹ A mobilização de Jarbas era tamanha que o governador chegou a dedicar o expediente da tarde e da noite somente para a campanha. Cf. Diário de Pernambuco, 11 out. 2000.

¹⁷⁰ De acordo com João Paulo, outros nomes também declararam apoio a ele, ainda que alguns na clandestinidade. Em entrevista, ele comenta que: Teve deputados e vereadores, muitos se mantiveram, mas na clandestinidade, que até era da base do governo (que eu não quero falar aqui o nome). Mas nós tínhamos alguns deputados que apoiaram o governo, que apoiaram na eleição.



acabaram se transformaram em palco para uma série de insinuações e acusações de ambos os lados.

O avanço das semanas levou à construção de metas diferentes para os passos finais da campanha. Roberto Magalhães (PFL) apostaria no máximo da sua exposição como forma de ocupar espaço na mídia, principalmente no rádio e na televisão. Enquanto isso, sempre apostando na sua militância voluntária, João Paulo (PT) contava em idas às ruas com ela (Diário de Pernambuco, 22 out. 2000). Nesse cenário, a campanha do PT parece não ter sido afetada por um fato novo que caiu nas costas das Uniões e que limitou a campanha do PFL: a greve dos profissionais da Polícia Militar (PM). O momento em que essa greve se desenvolveu, basicamente nas últimas semanas do segundo turno (e sendo resolvida logo após ele), levantou muita desconfiança de que pudesse ter sido criada com intenções político-eleitorais, principalmente com o objetivo de criar uma crise para a situação e beneficiar a oposição. Diante dessas acusações, em entrevista a nós concedida, o candidato petista se defende falando exatamente sobre essas acusações:

[...] não tínhamos participação nenhuma na greve dos policiais até porque a gente não tem uma base na polícia militar. Eu tinha sido vítima em 1992, mas quando terminou a eleição no outro dia eu fui ao piquete, ajudar eles lá na frente do Palácio do Governo, se abriu a negociação. Mas a gente só via eles nos acusando da greve, mas a greve era o descaso mesmo do governo Roberto Magalhães em relação ao tratamento com a polícia¹⁷¹ (Informação verbal).

Curiosamente, o enfrentamento no guia eleitoral mais uma vez se acirrou com as candidaturas fugindo de ter suas imagens vinculadas à greve. De um lado, Roberto Magalhães (PFL) questionava o momento em que a greve foi estabelecida, durante a campanha eleitoral, logo após, segundo ele, o Governo do Estado ter aprovado melhorias à categoria. Mesmo evitando acusar diretamente seu adversário, ele questionava abertamente a quem interessava essa greve. Do outro lado, Humberto Costa (PT), coordenador da campanha petista, falava que “a vinculação da greve ao PT é mais uma irresponsabilidade da coligação que apoia Magalhães”, justificando basicamente o que João Paulo (PT) nos disse de que o partido não teria força junto à PM para influenciá-la dessa forma. Nesse sentido, o coordenador chegou até a atestar de que “não seremos oportunistas” ao negar aproveitamento da situação (Jornal do Commercio, 22 out. 2000).

De toda forma, a greve da PM adicionou mais um elemento de tensão a uma eleição em que os candidatos se digladiavam cotidianamente nos guias eleitorais, que fora

¹⁷¹ Apesar da citação exclusiva a Roberto Magalhães, João Paulo, em época, chegou a culpar o então governador Jarbas Vasconcelos pela greve, chamando-o, durante o guia eleitoral, de “imprudente e intransigente” com os policiais. Cf. Diário de Pernambuco, 26 out. 2000.



preciso a um juiz marcar uma reunião com as partes para conter os ataques (Diário de Pernambuco, 23 out. 2000). As tensões eram tamanhas que o juiz da Propaganda Eleitoral, Bartolomeu Bueno, chegou a ameaçar tirar o guia do ar (Jornal do Commercio, 24 out. 2000). Talvez não tendo obtido sucesso, o TRE passou então a punir PT e PFL com cortes na TV, o que gerou ruídos nas campanhas, principalmente na petista. Sobre isso, João Paulo comenta que, mesmo diante de uma sucessão de cortes, continuou-se a explorar o caso do gesto obsceno feito por Magalhães (PFL):

[...] nós enfrentamos e tivemos muitas dificuldades com a Justiça Eleitoral. Nos sentimos muito perseguidos, inclusive no nosso último programa, a gente ficou só com vinte segundos. [...] O que nós fizemos com os vinte segundos que a gente tinha? Botamos só a “banana”, assim [som fazendo o gesto e risos]. É por isso que digo a você que foi uma estratégia de comunicação, e eles “lascando o pau” em cima da gente e a gente [novamente o som fazendo o gesto da “banana”] (Informação verbal).

Contudo, as restrições do TRE não vieram somente no tempo. O Tribunal chegou a proibir manifestações de rua e suspender inserções e o guia (Diário de Pernambuco, 25 out. 2000). A proibição de campanha de rua foi questionada inclusive por uma série de entidades como a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), O Centro Dom Hélder Câmara (Cendhec), o Movimento Tortura Nunca Mais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (Jornal do Commercio, 26 out. 2000). Enquanto isso, os ataques na propaganda eleitoral geravam direitos de respostas mútuos que corroíam ambos os tempos dos candidatos (Diário de Pernambuco, 28 out. 2000).

Por fim, os últimos dias de campanha eram marcados pela presença de Jarbas (PMDB) no palanque de Magalhães (PFL) e de Lula (PT) no palanque de João Paulo (PT), com ambos convocando suas militâncias (Diário de Pernambuco, 27 out. 2000). No caso petista, o encerramento da campanha num ginásio ocorreu com o tradicional apelo à militância, convocando cada militante a se tornar multiplicador na busca por votos, principalmente na boca de urna. Da mesma forma, o apelo à militância também foi feito do lado de Jarbas (PMDB) e Magalhães (PFL) em evento realizado em clube. Ataques ao PT não foram poupados, com Vasconcelos (PMDB) considerando aquela uma continuação da eleição de 1998 na luta contra “o atraso” e com ele mesmo assumindo que “estamos lutando pela manutenção da coligação”. Quais efeitos a derrota teria sobre a coligação é um ponto a se medir, mas a questão final e principal, contudo, é que o resultado se definiu por uma diferença de 5.835 votos, consagrando João Paulo (PT) como



o novo prefeito do Recife, com 50,38% dos votos válidos dos votos contra 49,61% do então prefeito Roberto Magalhães.

Um olhar sobre os resultados

As interpretações mais tradicionais trazidas pela imprensa sobre a eleição para a prefeitura da cidade do Recife no ano 2000 sempre valorizaram mais a questão do gesto obscuro ocorrido na Avenida Boa Viagem e toda a carga emocional que o pleito passou a assumir a partir daí, principalmente. Ao acompanhar a situação e suas decorrências, o jornalista Sérgio Montenegro detalha que:

As fotos foram parar nas primeiras páginas dos jornais do Estado e terminaram amplamente reproduzidas nos programas eleitorais de TV dos candidatos adversários no dia seguinte. Estava feito um estrago no palanque pefelista, que se mostraria irrecuperável (Montenegro, 2020, p. 75).

As notícias da época já davam conta da dimensão emocional que assumia o pleito. Após os resultados, Roberto Magalhães (PFL) já falava: “perdemos para a emoção” (Jornal do Commercio, 30 out. 2000). É certo que a derrota dele representou uma derrota para o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), para a União por Pernambuco, mas talvez não necessariamente para Jarbas (PMDB), apesar dele se colocar como principal responsável. O próprio João Paulo (PT), ao comemorar a vitória, reafirmou isso: “Derrotamos FHC [Fernando Henrique Cardoso], não Jarbas”.

Jarbas não foi derrotado. Existiu uma disputa entre dois programas, em que um venceu e outro não. O que existe agora é um prefeito eleito que tem responsabilidade de ter uma boa relação com o Governo do Estado (Jornal do Commercio, 30 out. 2000).

É claro que a fala de João Paulo já se insere no discurso de um prefeito eleito que iria buscar ter boas relações com outros níveis da administração, mas olhando agora em longo prazo, sabendo da vitória que Jarbas Vasconcelos (PMDB) viria a ter em 2002, é possível compreender que o abalo sentido na União por Pernambuco com a derrota no Recife e em outros municípios não representou necessariamente uma grande derrota para Jarbas (PMDB), apesar de ter sido sim um atrapalho nos planos estabelecidos.

Anos depois, em entrevista ao Jornal do Commercio, Roberto Magalhães (PFL) rememorou sua derrota:

Foram dois fatos que decretaram a minha derrota, não é ? Esse boato [de insatisfação da esposa do prefeito com a obra do artista plástico Francisco Brennand que levou Magalhães armado à porta do Jornal do Commercio], não é, ardidamente espalhado pra me diminuir, pra me desgastar. E a outra que foi a nossa carreato final em Boa Viagem que colocaram um caminhão para



interromper e colocaram uma pesada e buliçosa facção do PT com, e eu estava com minha mulher, com nomes mais pesado, provocações de todo tipo, muita tapa, muito murro, tudo mais, mas eles ganharam com as provocações e eu fiz um gesto, entendeu, e esses dois gestos pesaram muito (ARAÚJO, Mariana Et al. *Jornal do Commercio*, 20 ago. 2016).

Não buscamos ou buscaremos negar aqui o peso dessas situações e das afirmações previamente exploradas. É impossível não imaginar que a alguns segmentos sociais essas questões tenham pesado na hora do voto. Nossa questão aqui, contudo, é seguir que, “para o historiador, o singular, empregado muitas vezes por comodidade, corresponde a uma realidade plural, às tendências da opinião pública” (Rémond, 2003, p. 190-191), onde o fenômeno eleitoral desestimula a esperança de descobrir uma causa única que o explique (Rémond, 2003, p. 43).

Nesse sentido, buscaremos aqui ampliar o entendimento sobre o pleito a partir da sua localização no contexto inserido, tendo por base três autores principais: Jairo Nicolau (2017), Márcio Nuno Rabat (1999) e Roberto Ramos (2002). A partir deles, buscaremos enxergar o pleito e seus resultados como frutos de dois elementos principais: a ascensão do PT a nível regional e nacional e o descenso do PFL pernambucano. Utilizarmos-nos de Nicolau e Rabat para falar do primeiro elemento e de Ramos para tratar sobre o segundo. Antes, contudo, de adentrarmos nesse aspecto, gostaríamos de nos dedicar um pouco à análise de alguns gráficos na busca pelo entendimento de explicações sobre a postura da opinião pública durante o pleito, afinal, como coloca Becker,

[...] o estudo da opinião pública participa de uma ‘abordagem global da história’. Buscando apreender comportamentos e atitudes da população em sua massa, ele lhe permite consequentemente ser desmistificante. A narrativa histórica é de fato muito frequentemente revestida de uma película ou até mesmo de um manto de lendas (Rémond, 2003, p. 186).

A famigerada “banana” dada por Magalhães ocorreu no dia 24 de setembro de 2000. Nosso objetivo agora é tentar medir os efeitos que esse evento teve sobre a opinião pública a partir de gráficos eleitorais obtidos diretamente dos periódicos trabalhados, mesmo com todas as limitações que daí advém, inclusive em relação à ausência de algumas informações¹⁷².

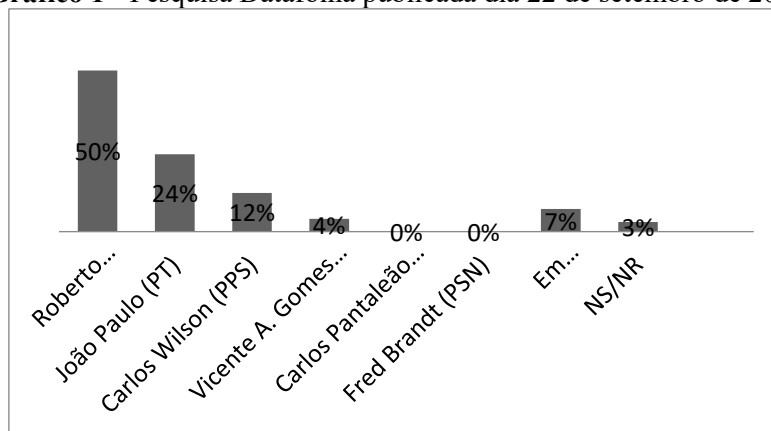
A pesquisa Datafolha mais recente que antecederesse o ocorrido foi publicada nos jornais no dia 22 de setembro (Gráfico 1). Nela, Magalhães (PFL) aparece liderando o pleito com 50% dos votos totais, seguido por 24% de João Paulo (PT), 12% Carlos Wilson

¹⁷² Sentimos falta de alguns dados sobre a eleição em votos válidos, tal como poderá ser notado adiante.



(PPS), 4% de Vicente A. Gomes (PDT), com 0% dos outros candidatos, 7% de votos brancos, nulos ou nenhum e 3% de eleitores que não sabiam ou não responderam.

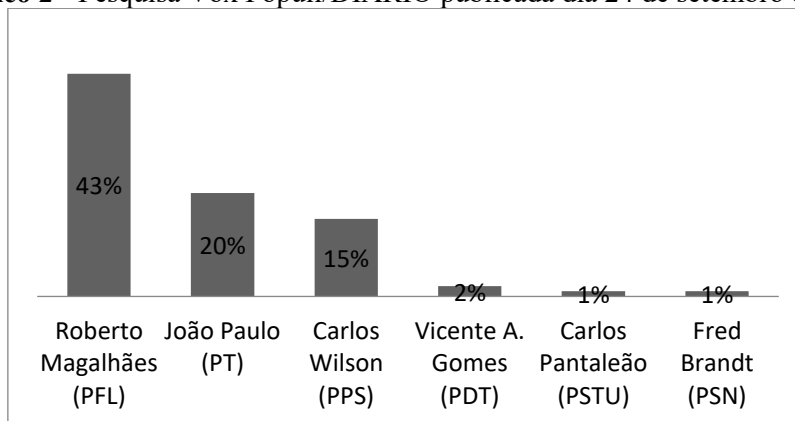
Gráfico 1 - Pesquisa Datafolha publicada dia 22 de setembro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

Já a pesquisa Vox Populi/DIARIO, publicada no dia do ocorrido, dia 24 de setembro de 2000 (Gráfico 2), trazia Magalhães (PFL) com 43% dos votos totais, com João Paulo (PT) com 20%, Carlos Wilson (PPS) com 15%, Vicente A. Gomes (PDT) com 2% e Carlos Pantaleão (PSTU) e Fred Brandt (PSN) com 1% cada.

Gráfico 2 - Pesquisa Vox Populi/DIARIO publicada dia 24 de setembro de 2000

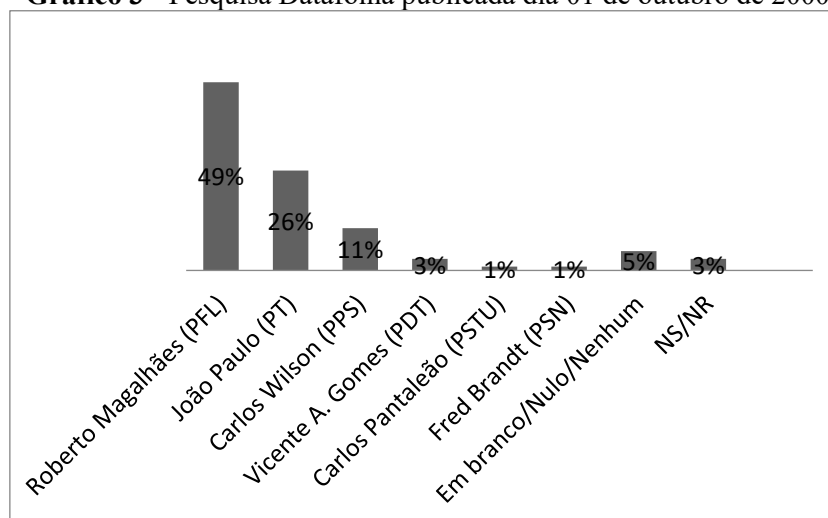


Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Já comparando com os números colhidos após o evento, com resultados publicados nos jornais dia 01 de outubro, o Datafolha (Gráfico 3) mostra muito pouca alteração no cenário, com Magalhães (PFL) caindo um só ponto nos votos totais e mantendo as chances de vitória em primeiro turno. Enquanto isso, João Paulo (PT) crescia dois pontos e alcançava 26%.



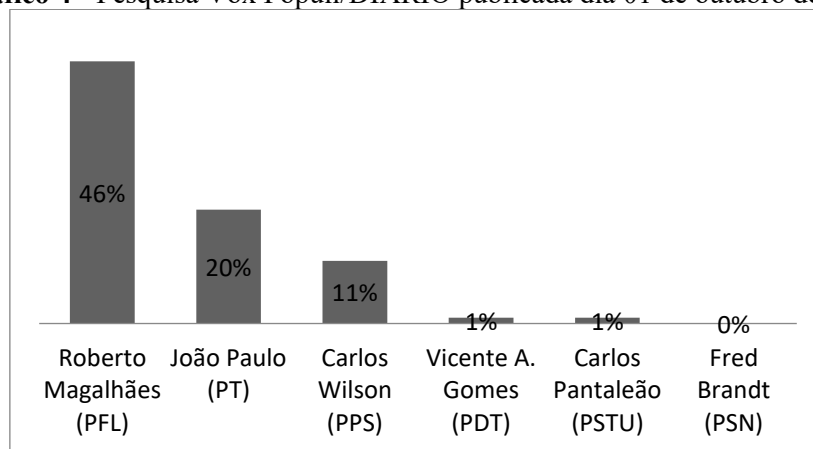
Gráfico 3 - Pesquisa Datafolha publicada dia 01 de outubro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

A pesquisa Vox Populi/DIARIO do dia primeiro de outubro (Gráfico 4), em contra partida, já mostrava certa diferença com Magalhães (PFL) crescendo três pontos percentuais e alcançando 46% dos votos totais enquanto João Paulo (PT) mantinha seus 20%.

Gráfico 4 - Pesquisa Vox Populi/DIARIO publicada dia 01 de outubro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Comparando os dados, o Datafolha demonstra uma pequena queda de um ponto de Magalhães e ganho de dois pontos de João Paulo, mas nada que extrapole a margem de erro. O Vox Pouli/DIARIO, pelo contrário, demonstrou uma estagnação de João Paulo (PT) e um crescimento de três pontos percentuais de Roberto Magalhães (PFL).

Em suma, até o ocorrido, Magalhães (PFL) variava nas pesquisas dos institutos entre 43-50%, enquanto após o fato a variação girava em torno de 46-49% dos votos totais. Parece ter havido um crescimento maior que a queda. Contudo, como se comportam esses dados em comparação com os resultados do primeiro turno? Primeiro,



é preciso dizer que ocorre um crescimento natural da conversão de votos totais (como os da pesquisa) em votos válidos, que são aqueles que excluem os brancos e nulos e que valem para a captação do resultado. Ao final do primeiro turno, o então prefeito teve 49,424% dos votos válidos contra 35,617% dos mesmos votos em João Paulo (PT)¹⁷³. Os dados das pesquisas nos jornais não abordavam os votos válidos, mas podemos entender que, em caso de conversão, seriam iguais ou maiores do que os obtidos, a depender do instituto. Comparando, portanto, as variações de voto, tanto antes como depois do ocorrido, é possível deduzir que o fato não parece ter afetado tanto o eleitorado pefelista. Contudo, ainda assim, há mais um detalhe que precisa ser reparado: a votação de João Paulo (PT).

O candidato petista aparecia, antes do gesto obscuro, variando entre 20-24% dos votos totais, avançando para 20-26% desses mesmos votos a depender do instituto. Apesar do avanço, o crescimento mesmo viria nos resultados do primeiro turno, onde ele conseguiu 35,617% dos votos válidos, muito além de qualquer previsão anterior, mesmo com conversão. Assim sendo, como podemos interpretar a situação?

Aparentemente, podemos entender as consequências dos atos de Magalhães (PFL) até o primeiro turno como pouco prejudiciais diretamente a ele, apesar de ter impulsionado bastante a oposição (fazendo jus à toda exploração que ela fez da situação). Defendemos que parece ter havido um fortalecimento do eleitor de oposição em torno de João Paulo mais do que uma própria desagregação de Magalhães (mas não que eventualmente isso não possa ter ocorrido em determinados segmentos da sociedade). Em votos válidos, Carlos Wilson (PPS) teve 10,887% enquanto variava de 11-13% dos votos totais. Ou seja, abaixo do previsto. O mesmo ocorreu com Vicente André Gomes (PDT), que variava de 1-3% dos votos totais e terminou com 3,379% dos votos válidos, também abaixo do previsto¹⁷⁴. Somando esses números com eventuais indecisos e uma pequena parte do eleitorado pefelista é que levantamos a hipótese de que, até o primeiro turno, mais do que prejudicar propriamente Roberto Magalhães (PFL), seu gesto serviu mais para unificar insatisfeitos e indecisos em torno do segundo colocado nas pesquisas, o candidato petista João Paulo (PT).

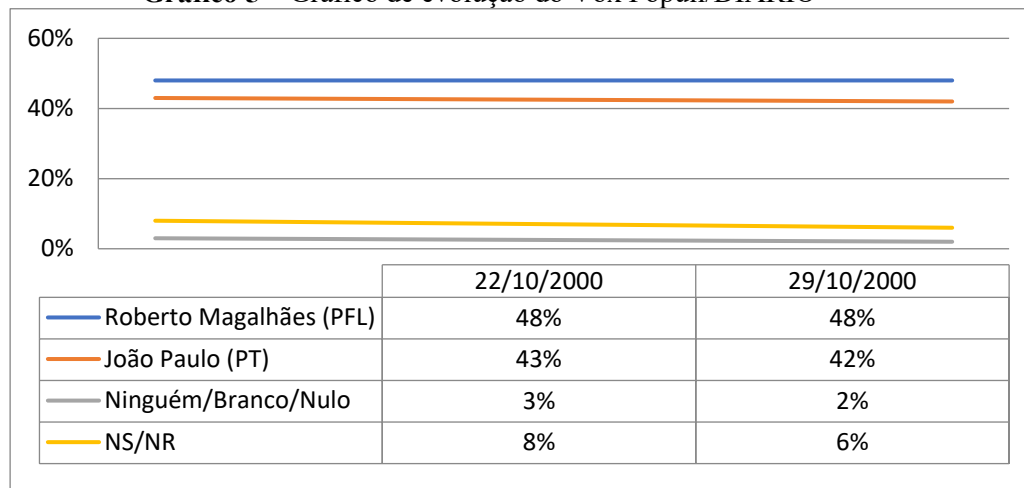
¹⁷³ Dados disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000> Acesso em: 26 out. 2022.

¹⁷⁴ Os candidatos Carlos Pantaleão e Fred Brandt pontuaram, respectivamente, 0,393% e 0,300% dos votos válidos. Com um patamar tão baixo, decidimos apenas não abordá-los, até porque mantiveram 0% em votos totais e válidos.



Se assim o for, como terá sido o efeito disso no segundo turno? Como sabemos, o segundo turno foi marcado por muita truculência entre os candidatos e seus guias, sendo o episódio da “banana” muito explorado pela campanha de João Paulo (PT). Dois levantamentos do Vox Populi/DIARIO (Gráfico 5), entretanto, mostraram uma estagnação de Roberto Magalhães (PFL) em 48% e uma variação negativa de João Paulo de 43% para 42% dos votos totais.

Gráfico 5 – Gráfico de evolução do Vox Populi/DIARIO

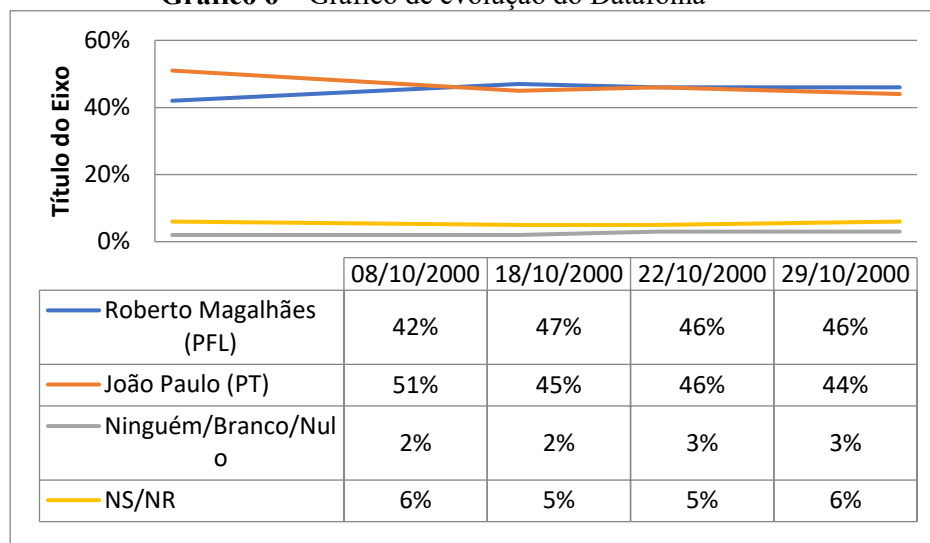


Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Já de acordo com o Datafolha (Gráfico 6), a disputa no segundo turno foi mais acirrada. O primeiro levantamento mostrou uma liderança de João Paulo (PT) com 51% e uma queda notável de Magalhães (PFL), agora com 42%. Posteriormente, o jogo se inverteu: João Paulo (PT) cai seis pontos, chegando a 45% dos votos totais enquanto Magalhães (PFL) sobe cinco e alcança 47%. Em seguida, ambos aparecem empatados com 46%, chegando nas vésperas da eleição com Magalhães (PFL) com 46% e o petista com 44% dos votos totais.



Gráfico 6 – Gráfico de evolução do Datafolha



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

Comparando com os resultados do segundo turno, encontramos, tal como o instituto Datafolha previa, uma eleição apertada, com João Paulo (PT) obtendo 50,384% (382.988 votos) dos votos válidos e Roberto Magalhães (PFL) 49,616% (377.153 votos). Olhando em comparativo os resultados dos dois turnos, vemos que Roberto Magalhães (PFL), que teve 49,424% (345.915 votos) dos votos válidos no primeiro momento, preservou basicamente o mesmo eleitorado (para não dizer que cresceu pouco mais de 30 mil votos), não tendo sido aparentemente diretamente afetado em seus números eleitorais pelo caso que ocorreu na Avenida Boa Viagem. Assim sendo, como entendemos esses números ante esse cenário?

Compreendemos, portanto, que o gesto obscuro, sempre muito lembrado ao tratar do pleito aqui estudado, não afetou diretamente a parcela da população eleitora do candidato do PFL. Não que eventualmente alguns desses segmentos não tenham se sentido incomodados pelo ocorrido, porém, ante o quadro de estabilização nos resultados dos dois turnos, não entendemos ser possível dizer que Magalhães (PFL) tenha perdido muitos votos pelo caso. Talvez possa ter havido um aumento da rejeição, um limite no ganho de votos, mas que aparentemente não confluía para uma redução do número de votos do candidato da União pelo Recife. Nesse sentido, buscamos seguir pelo caminho de que o ocorrido serviu mais para arregimentar as oposições, principalmente em torno do candidato da Frente de Esquerda do Recife. Mais do que retirar votos de Magalhães (PFL) (que inclusive conseguiu, numericamente, mais votos no segundo turno do que no primeiro), o evento conduziu indecisos e opositores ao encontro do candidato petista num cenário de centralismo nacional do PT e descenso local do PFL. É isso o que defendemos



e é o que nos leva ao encontro dos autores citados: Jairo Nicolau, Márcio Nuno Rabat e Roberto Ramos.

Em seu artigo “Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014)”, Jairo Nicolau destaca, em um dos seus pontos, “a centralidade do PT no sistema partidário brasileiro” (Nicolau, 2017, p. 85) nesse período:

A eficiência do PT nas eleições presidenciais é enorme. Nos doze turnos disputados entre 1989 e 2014, o partido ficou em segundo lugar em quatro disputas (primeiro e segundo turno de 1989; primeiro turno de 1994 e 1998), e chegou em primeiro lugar nos dois turnos nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014. Ao longo do período, o PT ampliou sua bancada no Congresso, elegeu milhares de vereadores e prefeitos, e centenas de deputados estaduais e diversos governadores de estado.

Um bom indicador do crescimento do PT é seu desempenho nas eleições para deputado federal. [...] O PT tem um crescimento constante ao longo da década de 1990, mas é em 2002 (ano da vitória de Lula) que a bancada mais cresce.

[...] O “diferencial petista” pode ser observado em dois indicadores. O primeiro é o apoio obtido nas pesquisas de opinião. Desde o começo dos anos 1990, quando ultrapassou o PMDB, o PT se tornaria o partido preferido dos brasileiros. Nas sondagens de opinião, metade dos que tinham preferência por um dos partidos declaravam-se petistas. O segundo indicador de força do partido é o volume de votos de legenda conquistado nas eleições para vereador e deputado, que entre 1986 e 2010 foi proporcionalmente o mais alto entre os maiores partidos.

[...] Obviamente, o maior feito do PT é ter eleito quatro presidentes em sequência nas sete eleições diretas realizadas desde a promulgação da Constituição de 1988 – fato incomum na história eleitoral de outras democracias.

[...] O PT deve ser considerado como a peça central do sistema partidário organizado após a crise do governo Collor-Itamar. Além de comandar um dos polos do espectro político, o partido inovou em uma série de aspectos, particularmente na capacidade de mobilizar militantes para um trabalho voluntário (anos 1980) e, posteriormente, de remunerar seus dirigentes para trabalharem fora do período eleitoral. O PT conseguiu ainda se tornar uma força na opinião pública e traduzir este apoio em alto percentual de votos de legenda (Nicolau, 2017, p. 85-87).

Tendo em mente o centralismo do PT no sistema político brasileiro, cabe-nos agora registrar seu processo de implantação a partir das palavras de Márcio Nuno Rabat:

No Nordeste, o crescimento do PT foi igualmente constante, mas em ritmo bem mais modesto. Embora tenha crescido de eleição para eleição, em 1998 o partido ainda estava menos implantado na região que no País como um todo.

[...] De qualquer forma, o ponto a ressaltar é que, de 1982 a 1998, houve uma mudança muito significativa no perfil de inserção nacional do PT. De partido muito desigualmente implantado nas regiões brasileiras, passou a uma implantação razoavelmente homogênea em todo o território nacional (Rabat, 1999, p. 26-27).



Assim sendo, o PT chega ao ano 2000 como peça central da política brasileira a nível nacional enquanto a nível local se implantava com razoável homogeneidade. É de se refletir sobre até que ponto a vitória do PT não representou também a concretização de sua implantação regionalmente, o ápice de um processo que, como narra Rabat, vem se desenrolando desde 1982 e que chega definitivamente na virada do século¹⁷⁵.

Enquanto isso, o PFL pernambucano passava em época, como estudou Roberto Ramos, por um processo de descenso:

A despeito de ter tanto prestígio político, o PFL de Pernambuco vem sofrendo queda eleitoral. Essa diminuição de força do partido ocorreu, até mesmo, em espaços considerados redutos, como o Agreste e o Sertão e os pequenos municípios do Estado. Outro dado importante é o PFL, além de diminuir nas áreas tradicionais, não ter conseguido avançar onde o eleitorado apresenta o maior crescimento, nas áreas mais urbanizadas.

[...] Nas explicações para o descenso do PFL pernambucano, salientam-se três aspectos: o primeiro tratou de associar a perda de votos do PFL ao processo de urbanização e outros indicadores socioeconômicos, como a PEA [População Economicamente Ativa] industrial e a PEA de serviços. O segundo relacionou o decréscimo do PFL com alteração no padrão de disputa partidário-eleitoral no Estado, indicado pelo crescimento do número efetivo de partidos. E o último fator destacou a política de alianças posta em prática pelo ex-governador Miguel Arraes para atrair bases interioranas do PFL na eleição para o governo do Estado em 1986 e 1994, fator que contribuiu de maneira significativa para diminuir a força eleitoral do PFL em Pernambuco (Ramos, 2002, p. 197) .

Nesse sentido, encontramos um partido mais enfraquecido, de fracas bases urbanas, enfrentando outro que vinha como personagem central na política nacional e que encontrou nessa vitória o ápice da sua implantação local. Esta implantação local, inclusive, não ocorreu só em Recife/Pernambuco. Como detalha David Fleischer,

O Partido dos Trabalhadores elegeu o prefeito de apenas uma capital no primeiro turno [...], e foi para o segundo em outras 6 capitais [caso do Recife]. Nas 62 maiores cidades, elegeu 4 e disputou outras 10 no 2º turno. Seu maior trunfo foi na capital paulista, onde Marta Suplicy (PT) recebeu 38% dos votos contra 17% do Paulo Maluf (PPB).

[...] Em geral, o PT elegeu 174 prefeitos (com a possibilidade de chegar a 190), quase o dobro dos 111 eleitos em 1996.

[...] Em termos de votos, o PT aumentou o seu desempenho em 51% sobre 1996; mas, há um certo viés em função do grande número de votos da Marta Suplicy em São Paulo (o maior eleitorado do país). Mesmo assim, este total foi um pouco mais que metade dos 21.475.348 votos que Lula recebeu em 1998. Em 2000 o PT continua concentrado nas regiões Sudeste e Sul, mais que em 1996.

[...] [No segundo turno] o PT venceu em 13 das 16 eleições que disputou, com 32,1% dos votos válidos – 50% dos quais recebidos por Marta Suplicy em São Paulo. Este resultado confirma o avanço do PT, especialmente nas cidades maiores, obtido no primeiro turno. [...] Aparentemente, o PFL foi o grande

¹⁷⁵ O mesmo ocorreu no mesmo ano em outras cidades importantes como São Paulo, Porto Alegre, Belém e Goiânia. Cf. Diário de Pernambuco, 30 out. 2000.



perdedor nesta eleição, onde perdeu em 4 das 5 cidades onde concorreu – inclusive nas capitais importantes de Rio de Janeiro e Recife – e seus candidatos receberam apenas 12.7% dos votos.

[...] Com relação ao ‘Brasil Urbano’, o PT foi o grande vencedor, triplicando o seu cacife com 27 cidades apresentadas (9 em 1996) e com a administração sobre eleitorados de 12,9 milhões de pessoas (2,37 milhões em 1997) (Fleischer, 2002, p. 82-88).

É dentro desse cenário que propomos analisar a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000. Não descartamos a existência de um apelo emocional que possa ter ocorrido em alguns segmentos da sociedade e da opinião pública, principalmente, após o ato ofensivo feito por Roberto Magalhães, mas entendemos e buscamos comprovar aqui que esse caso parece não ter agido da forma como se poderia imaginar ao mesmo tempo em que propomos uma visão mais ampla do pleito, o adicionando ao contexto político estadual e até nacional como forma de compreensão e aprendizagem.

Em suma, buscamos coagular todas essas informações e visões em busca de uma versão mais ampla, que não despreze o papel da emoção no pleito, mas que traga uma melhor interpretação e entendimento da razão e da opinião pública nos moldes do que nos coloca Jean-Jacques Becker. Afinal, como ele bem diz:

É exatamente porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, que é imprudente querer construir “tipos” de atitude diante de um “tipo” de acontecimento (Rémond, 2003, p. 188).

Considerações finais

Tradicionalmente, a imprensa tem observado a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no ano 2000 sempre pela ótica do impacto causado pelo gesto obscuro feito pelo então prefeito Roberto Magalhães (PFL) durante a campanha. De acordo com esse ponto, o gesto, através de sua forte exploração pela oposição, teria desgastado a imagem do prefeito ante os eleitores e possibilitado a vitória de João Paulo (PT). Contudo, como já explicado ao longo do trabalho, nós não seguimos fielmente esse ponto de vista. Nosso objetivo aqui não é negar o eventual impacto que o gesto possa ter tido em segmentos da sociedade, do eleitorado e da opinião pública. Interessa-nos muito mais aqui, entretanto, entender essa derrota com base no cenário maior que se desenvolvia em outros níveis políticos, entrelaçando esses níveis e criando um contexto histórico próprio.

Tratando propriamente sobre a campanha em seus dois turnos, abordamos suas tensões, seus fatos marcantes e seus resultados, momento no qual buscamos embasar nossos pontos a partir de autores como Jairo Nicolau (2017), Márcio Nuno Rabat (1999)



e Roberto Ramos (2002). Os dois primeiros são utilizados em referência ao PT: Nicolau, num artigo, coloca o Partido dos Trabalhadores como peça central na política brasileira dentro do período estudado enquanto Rabat defende que o partido se encontrava razoavelmente homoganeamente implantado em todo país, a partir do qual entendemos que a vitória de João Paulo representou o ápice do processo de estabelecimento local do partido. Já Ramos trata sobre o processo de descenso do PFL pernambucano a partir de uma série de fatores, o que nos leva a inserir a derrota vivida por Magalhães dentro desse contexto e desse cenário.

É tendo esses autores em mente que entendemos os resultados dos dados das intenções de votos e dos resultados da eleição. Observamos que o fatídico gesto de Roberto Magalhães não parece ter atingido seu grupo de eleitores (ao menos não significativamente), possivelmente tendo servido mais para mobilizar os opositores e os indecisos em torno de João Paulo. Nesse cenário, focamos no ponto de que, mais do que propriamente no gesto, esta eleição se baseou no contexto vivido por ambos os partidos no período.

O estudo das eleições, portanto, representa a possibilidade de lançar um olhar sobre os movimentos, as interpretações e as opiniões que rondam a sociedade, justificando a importância do tema enquanto significativo ponto de mudança no controle da Prefeitura da Cidade do Recife. Marcado por divergentes condições políticas dos principais partidos em época, este pleito marcou a imprensa e gerou ecos até hoje presentes na política estadual.

Data de Submissão: 25/04/2023

Data de Aceite: 21/08/2023

Referências

Periódicos

Diário de Pernambuco

Jornal do Commercio

Jornal do Commercio. De adversários a aliados: Relembre como surgiu a União por Pernambuco. **Jornal do Commercio**, 19 de agosto de 2016. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/19/de-adversarios-a-aliados-relembre-como-surgiu-a-uniao-por-pernambuco-249298.php>
Acesso em: 25 jul. 2020.

Materiais Especiais



Jornal do Commercio. História das Eleições no Recife - PMDB e PFL: de adversários a aliados. 2016. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bIIG2Fmb1m4&feature=emb_title. Acesso em: 25 jul. 2020.

Dados Eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Disponível em: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes> . Acessado em: 25 jul. 2020.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**. São Carlos: EdUFSCar, 2009

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL**. São Paulo : Publifolha, 2001.

CHAVES, José Afonso. **A Onda Vermelha em Pernambuco: mudança ou continuidade?** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

FERNANDES, Jean Lucas Macedo; OLIVEIRA, Bruna Karoline Vasconcelos. As eleições municipais no Nordeste: uma análise dos resultados eleitorais para as prefeituras (2000-2012). **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 71-83, 2013.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **Opinião pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 80-105, 2002.

MAGALHÃES, Roberto. **Memórias: as virtudes do tempo**. Recife: Bagaço, 2012.

MAINWARING, Scott; MENEGRELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. Tradução de Valeria Carvalho Power. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MONTENEGRO, Sérgio. **Queridos Rivais: A trajetória da União por Pernambuco e a batalha pela hegemonia política**. Recife: Ed. do Autor, 2020.

NICOLAU, Jairo. **Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014)**. Journal of Democracy em Português, vol. 6/1, 2017.

RABAT, Márcio Nuno. A implantação nacional dos partidos políticos: PT e PFL. **Cadernos Aslegis**, v. 3, n. 7, p. 24-29, Jan./abr. 1999.

RAMOS, Roberto. **A face de um partido:** base política e comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco, 1985-2001. Recife: Bagaço, 2002.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. **O PT.** São Paulo: Publifolha, 2001.

